

In: MOTA, Lourenço Dantas (org.)

Introdução ao Brasil: um banquete no trópico

2.ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999, pp. 257-272

CAIO PRADO JÚNIOR

*Formação do Brasil
contemporâneo*

José Roberto do Amaral Lapa

Caio Prado Júnior foi um homem múltiplo, que se inicia como político militante, com mandato eletivo e exercícios de cargos de direção partidária, após cursar Direito (1924-1928), na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, despontando como intelectual em 1933 ao publicar o seu primeiro livro – *Evolução política do Brasil* – revelando-se ainda empresário ao fundar a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês em 1943, criando em 1955 a *Revista Brasiliense*.

Nascido em São Paulo em 11 de fevereiro de 1907, filho de Caio da Silva Prado e Antonieta Penteado da Silva Prado, vai projetar-se como intelectual e embora sua obra contemple a história, filosofia e geografia, será na primeira, com ênfase para a história econômica, mas não dissociada da história social, que vai marcar a sua contribuição para o conhecimento do Brasil.

Nessa obra, há certo consenso de que o livro do qual estamos nos ocupando – *Formação do Brasil contemporâneo* — representa o ponto mais alto, enquanto *A revolução brasileira* seria o livro que teve maior repercussão e provocou mais controvérsias. Quase todos os títulos que escreveu têm merecido sucessivas reedições. Colaborou também em *Revista Brasiliense* e *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Em todas essas frentes onde militou, são por todos reconhecidas a sua independência e coerência, bem como a coragem, muitas vezes em situações adversas.

Se essas qualidades contribuem para explicar a obra de Caio, como Florestan Fernandes considerou num depoimento emocionado,¹ temos aí também, de certa maneira, a compreensão do *porquê* de seu livro em referência ser considerado *clássico*.

Sem a costumeira rigidez da ortodoxia que marca muitas dessas obras, o livro que consideramos é concebido e tem suas interpretações e conclusões pautadas pelo pensamento dialético marxista. Nesse sentido, como expressão maior de sua obra, esse livro parece superar as obras dos demais autores que também se utilizaram do marxismo para tentar decifrar a realidade brasileira, sempre com o objetivo de mudá-la, como também ombreia-se e muitas vezes supera outros autores que produziram propostas de interpretação do Brasil, não vinculadas necessariamente ao pensamento marxista.

¹ Florestan Fernandes, “A visão do amigo”, em Maria Angela D’Incao (org.), *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior* (São Paulo: UNESP / Brasiliense, 1989), pp. 27-39.

O livro é estruturado em três grandes partes, tituladas respectivamente de “Povoamento”, “Vida material” e “Vida social”, antecedidas por uma “Introdução” e um texto recorrente de quatorze páginas – “Sentido da colonização” – no qual expõe a sede do seu pensamento em relação à história do Brasil.

As partes são, por sua vez, subdivididas em tópicos que verticalizam temas mais específicos, enfatizando o autor nesse sentido a “Vida material” que tem nove tópicos, enquanto o “Povoamento” e a “Vida social”, ficaram respectivamente com quatro e três tópicos.

Fecham o livro a “Bibliografia e referências”, nas quais estão as chamadas fontes primárias misturadas com a bibliografia propriamente, sobre cujo uso e qualificação gostaríamos de dizer algo ao leitor, ao iniciarmos a leitura que dele fizemos.

Valendo-se largamente de fontes primárias, bem como da literatura de cronistas, tratadistas e viajantes que escreveram sobre a colônia, faz uma leitura atenta e inteligente, com critério e segurança capazes de superar leituras outras, que percorreram caminhos semelhantes, feitas por diferentes autores com resultados menos expressivos.

No que diz respeito ao uso das fontes primárias, uma observação menor que se pode fazer, e não somos os primeiros a assim proceder,² é a de que o autor era mais um freqüentador de bibliotecas do que de arquivos, pois se vale de fontes impressas, correspondendo aliás a uma convicção que tem, que é a de que “Para observá-la [a nossa história], é muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos”.³

De certa maneira, ligada a esse desejo de conhecer sempre *de visu* a nossa realidade, está com certeza a vivência que a sua formação ficou devendo ao curso de Geografia e História que freqüentou na Faculdade de Filosofia da USP, mas não chegou a concluir, usufruindo entretanto de um diálogo e aprendizado proveitosos com os professores estrangeiros que ali estiveram no início, bem como com os colegas brasileiros.

As suas viagens pelo Brasil, feitas antes, durante e depois de escrever livros como esse, nas quais não contente com as anotações que fazia, fotografava ele próprio o que via, solidificaram a sua consciência e idéias sobre o Brasil.

² Francisco Iglésias, “Um historiador revolucionário”, em *Caio Prado Júnior* (São Paulo: Ática, 1982), p. 25.

³ Citado por Francisco Iglésias, *op. cit.*, p. 35.

Nessa linha, pelo que tivemos oportunidade de verificar numa exposição na Unicamp, seria interessante recuperar em estudo essa produção imagética expressiva, para se poder compreender melhor o autor enquanto geógrafo, historiador e fotógrafo. Comparar o seu olhar de fotógrafo com o de cientista social diante da realidade histórica brasileira é uma tarefa que se reclama em favor da avaliação de sua obra.

A sua curiosidade intelectual o levava assim à observação direta da realidade concreta, logrando uma interação entre a geografia e a história, que se faz presente em suas pesquisas e estudos e em consequência no conhecimento científico que produziu, enriquecendo suas interpretações e conclusões, apresentando muitas teses que se transformariam em matrizes do pensamento brasileiro que o sucedeu.⁴

Quanto à produção acadêmica que lhe foi contemporânea, antes e depois do lançamento desse seu livro em 1942, de que em alguns casos diverge quando não altera algumas de suas teses, ignorou-a solenemente. Ao longo das reedições que o livro teve, quando foi sendo produzida farta literatura científica sobre os temas de que trata, revelou auto-suficiência, não concedendo sequer uma citação dessa produção, ignorando-a simplesmente. A exceção é feita para Gilberto Freire com seu livro *Casa-grande & senzala*.

Mas, prossigamos com a nossa leitura, referindo-nos a seguir ao título e subtítulo do livro. Ao privilegiar no título o conceito marxista de *formação econômico-social*, pode dar idéia ao leitor de que vai mergulhar no conhecimento do momento histórico em que o livro foi escrito, *i.e.*, na sua contemporaneidade, entretanto o subtítulo adverte – “Colônia” – que o que vai ser conhecido são os três primeiros séculos de nossa história. Entende-se esta estrutura do livro, se se pensar que o projeto original do autor era o de elaborar uma interpretação do Brasil que não ficaria nesse primeiro livro introdutório, prosseguindo em três outros, que entretanto acabaram por não se efetivar, com os quais chegaria ao Brasil do momento em que vivia. Portanto, uma história geral do Brasil, cujo título seria História do Brasil contemporâneo.⁵

Embora trate da colônia e portanto dos três primeiros séculos da nossa história, o autor com alguma precisão procede a um corte cronológico já na

⁴ Sobre a presença da geografia na obra do autor: Aziz Nacib Ab'Sáber, “Tempos e espaços na mira de um historiador”, em *História e ideal*, cit., pp. 407-418, e Milton Santos, “Renovando o pensamento geográfico”, em *História e ideal*, cit., pp. 419-433.

⁵ Carlos Nelson Coutinho, “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo”, em *História e ideal*, cit., p. 115.

primeira página, ao privilegiar um momento, *grosso modo* o primeiro quartel do século XIX, como aquele que contém a “chave preciosa e insubstituível” para podermos compreender, conhecer e interpretar o processo histórico responsável pelo Brasil. Chega a denominar esse momento como o “ponto morto” daquele processo, *i. e.*, a ocasião em que o conjunto que se engrenara e funcionou durante os últimos três séculos acabava por se exaurir, cedendo lugar a transformações que se apresentavam como sintomas do que de profundo havia em mudança.

Esse esforço do autor em cruzar o colonial com o contemporâneo, tempos históricos que no caso representam um *continuum*, tem como objetivo evitar que o futuro seja um mero prosseguimento das contradições, desafios e injustiças que definem o presente. Portanto, os condicionamentos de uma realidade histórica que sensibilizou o autor, a seu ver localizados no quadro da colonização portuguesa, cujo sentido fora ditado pelo capital, por meio da divisão internacional do trabalho e da riqueza que empreende, conferindo ao Brasil e ao Terceiro Mundo um papel que se tenta até hoje manter numa redivisão que, no momento do lançamento de *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, se vê conturbada pela globalização.

O processo de colonização permitiu que se esboçasse uma nacionalidade que foi aos poucos se distanciando do seu modelo europeu, sem adotar contudo o que aqui encontrara, portanto algo relativamente novo em termos de sociedade, mentalidade e cultura, cuja definição só começa a acelerar-se naquele primeiro quartel do século, movida por “elementos” geográficos, econômicos, sociais e políticos ou por eles constituídos, portanto com uma abrangência que não deixa nada de fora.

O fato de ser algo novo não lograra todavia gerar uma autonomia e dinâmica próprias, capazes, depois da independência política, de construir uma nação com menos desigualdade, injustiça e mais desenvolvimento e soberania. O sistema imposto do exterior condicionou os agentes, grupos e classes a uma subalternidade que comprometeu todo o processo a ponto de, no momento decisivo, mostrar-se ainda longe dessas correções de rumo.

O autor defende esse mergulho no passado absolutamente convicto; não se trata, adverte, de *devaneios históricos*, mas de busca das causas verdadeiras do comprometimento do processo.

Em outras palavras e operando com nossos conceitos, diríamos que continua prevalecendo então uma ordem social colonial. Se essa ordem é impositiva e tem origem externa, para corresponder a ela engendra-se internamente, mas

com o consentimento e concurso dos centros externos de decisão, uma solução que compromete definitivamente a realidade histórica, que é a escravidão que deixará um legado que chega até os nossos dias.

Mas, voltemos ao texto inicial recorrente, no qual está explicitada a tese central do livro. É quando fala no *sentido* da colonização. Opera esse conceito em páginas que revelam a segurança científica e de convencimento com que chegara a tanto. Esse conceito manifesta-se desde que a história de um povo seja observada em longa duração e nos seus *acontecimentos essenciais*, vistos em conjunto. Aí então é que mostram a unidade que conservam, que por sua vez lhes confere a especificidade que os distingue dos demais, sem contudo se apartarem de um sistema, cuja universalidade se define a partir do século XV: o sistema colonial.

Dessa maneira, insere o Brasil, sua descoberta e colonização, como parte do grande movimento encetado pelo capital mercantil, graças às descobertas e avanços tecnológicos com que se aceleram e se mundializam as comunicações. Uma vasta empresa comercial, sem maiores preocupações em construir uma sociedade unitária e integrada. Empresa de exploração do que é encontrado e comercializável, que se estenderá à grande agricultura de exportação capaz de atender aos interesses europeus de consumo.

Esse condicionamento que se confere à colônia, de cumprir o papel de simples fornecedora de produtos tropicais para os mercados europeus, vai a seu ver transcender a instância política do Estado absolutista português, para identificar-se com a própria *vida* da sociedade colonial e em continuidade da sociedade nacional, o que explicaria a nossa dependência mesmo depois de promovida a independência em 1822, permanecendo assim o estatuto colonial, que nos inferioriza e nos constrange nas tentativas de rompimento, quase que fatalmente destinadas ao fracasso pela própria ótica que o autor construiu com certa obsessão.⁶

Nesse sentido, a projeção que faz para o Brasil não é nada animadora, ao caracterizar-nos como uma *feitoria da Europa*, cuja evolução econômica de colônia, alternando fases de prosperidade com de aniquilamento total, instaurou com isso um processo “ainda em pleno desenvolvimento no momento que nos ocupa e que continuará assim no futuro”.⁷

⁶ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo* (6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961), p. 121.

⁷ *Ibidem*.

Mas, prossigamos com a nossa resenha procurando obedecer à ordem em que se colocam as diferentes partes do livro. Na primeira parte, em que fala do “Povoamento”, coloca a sua sólida formação e conhecimento como geógrafo, observador atento da nossa realidade a partir das suas próprias viagens, como já dissemos anteriormente, numa longa e bem elaborada descrição da fixação e mobilidade do colonizador, no litoral e no interior, trabalhando com a geografia e a demografia como bases do seu raciocínio. Acompanha as correntes de povoamento, com a distribuição e redistribuição da população, e analisa o homem, as três raças que aqui se cruzam, considerando as especificidades das nações que compõem a raça indígena e a africana, o seu aproveitamento na colonização, as qualidades potenciais que apresentam e os ensaios de integração mais expressivos a que foram submetidas, contrapondo o contingente branco com suas limitações e contradições. Nesse momento, não deixa de rever a obra jesuítica, reconhecendo seus avanços, a sua superior organização e direção, sem ir a fundo, mas apontando os seus objetivos diversos em relação aos da colonização portuguesa, na qual realça a flexibilidade do administrador diante dos conflitos entre jesuítas e colonos. Reconhece, com insistência, na esteira de Gilberto Freire, a predisposição sexual do colonizador e vê na mestiçagem a solução mais eficiente que se adotou na formação da nacionalidade.

Sobre os escravos negros e o seu trabalho, embora ao longo do livro haja mais de uma passagem aparentemente preconceituosa, procura distinguir o negro do escravo, pois a seu ver a escravidão conseguiu *anular, esterilizar* o que havia de positivo no negro, enquanto que a falta de organização social (*organização fundamental do país*) atingiu negros e índios gerando decorrências fatais: lascívia, ociosidade, inorganicidade. Foram assim degeneradas as raças envolvidas. Sobre esta última desqualificação voltaremos a referir-nos.

Observa que a mestiçagem é mais do branco com o negro, não se fazendo sentir na mesma intensidade entre o branco e o índio e o índio e o negro, muito embora registre, não sabemos baseado em quê, a preferência das índias mais pelos negros do que pelos brancos.⁸

Essas páginas que escreve sobre a formação do quadro étnico da sociedade brasileira são de uma clareza e pertinência admiráveis e enriquecidas pelo estabelecimento das diferenças regionais, que aliás estão em todo o livro.

⁸ *Ibid.*, p 105.

Na parte que segue – “Vida material” – procurará aprofundar a descrição da economia maior, que é aquela voltada para os mercados externos, submetendo inexoravelmente o restante.

“Tudo o mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.”⁹

Conclui que esse esquema exitoso que preside a economia colonial era a única opção viável, contribuindo para a sua *performance* uma confluência de fatores. Nesse, como em outros momentos do livro, o cotejo da nossa colonização com a dos Estados Unidos é presente.

Quanto à existência ou não de um mercado interno no Brasil, dentro do sistema colonial, bem como ainda do que chamamos de comércio intercolonial, temos alguma divergência com o autor, no sentido de que, para nós, ambos esses mercados conseguem em diferentes conjunturas e regiões da colônia apresentar um certo grau de autonomia e dinâmica, capaz de conferir-lhes um desempenho que não está necessariamente atrelado à grande lavoura de exportação.¹⁰

A linguagem com que Caio Prado descreve a agricultura de subsistência, bem como a população a ela entregue, tem expressões fortes no sentido da desimportância que lhe confere:

baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável. Em geral, a sua mão-de-obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha. [Este é] um elemento humano residual, sobretudo mestiços de índios que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes.¹¹

Em contrapartida e justamente, enfatiza a agricultura de exportação, não deixando de condenar contudo, e com veemência, a destruição florestal e a lavoura predatória por ela praticadas. Esse descompasso sinalizaria as modificações ocorridas no final do século XVIII e início do XIX. Assim, as páginas que escreve sobre ambas as agriculturas – de exportação e de subsistência – revelam a extensão de sua pesquisa, a profundidade de suas reflexões, nada

⁹ *Ibid.*, p. 113.

¹⁰ José Roberto do Amaral Lapa, *O sistema colonial* (2ª edição. São Paulo: Ática, 1991).

¹¹ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, pp. 154-155.

deixando de analisar na articulação do quadro da economia colonial que se propõe demonstrar.

Sente-se aí o caráter seminal desse livro, cujas colocações muitas vezes breves, ponteadas como resultado conclusivo, só possível depois de longa pesquisa e reflexão e de extraordinária capacidade de leitura, provocaram teses comprobatórias, extensas e intensas, de repercussão, cuja nascente foi muitas vezes um ou dois parágrafos redigidos por Caio Prado Júnior.

Ainda na parte de economia, que é a que tem maior espaço nesse seu livro, uma vez desenhado o quadro da grande lavoura com o seu contrapeso ancilar, a agricultura de subsistência, vai tratar de cada um dos setores que não fazem parte dessa polaridade. Assim, a mineração, que considera da mesma categoria da grande lavoura, *i. e.*, exportação e desvinculamento da demanda da sociedade colonial em si.

Concede a devida importância à pecuária, reconhecendo estar voltada para o mercado interno, criticando mesmo ocupar lugar secundário como objeto de estudo. Mostra as limitações e rotinização da criação que se pratica, sem cuidados e técnicas que permitissem fazer crescer a produtividade e em consequência os lucros, beneficiando a sociedade criatória. Destaca o seu papel no abastecimento e expansão na ocupação do território, com as diferenças regionais em que se processa. Situa também com agudas observações as atividades extrativas, que registraremos adiante.

Mapeada essa ampla descrição da economia colonial, o juízo que emite sobre a colonização portuguesa é severo, mostrando os efeitos nefastos do seu odioso monopólio, às vezes chegando a usar expressões não habituais em sua linguagem, como ao referir-se à administração da mineração, quando afirma que “O ouro e os diamantes então fizeram perder o resto da cabeça e bom senso que sobravam à metrópole”.¹²

E conclui: “Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento, pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inépcia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.¹³

O sistema que produziu essa sociedade carregava em seu ventre contradições que um dia implodirão essa estrutura, para ir substituindo-a por outra.

Dentre essas contradições, aponta, estariam as existentes entre proprietários e comerciantes, que têm interesses antagônicos, as que se estabelecem

¹² *Ibid.*, p. 336.

¹³ *Ibid.*, p. 335.

na diferença de vida e psicologia, bem como de etnias, com a prevenção do branco contra os de outra cor.

Ao privilegiar o vale amazônico nessa parte em que cuida da produção extrativa, estende mais o seu estudo para extrações outras que ocorrem em diversas partes da colônia, como a caça à baleia, a exploração do sal, a extração da madeira, tratando esta apenas de passagem, sobre o seu aproveitamento para a indústria de construção naval, que desconsidera ao afirmar: “Mas nunca tiveram grande importância estas construções, e não passaram quase das pequenas embarcações para navegação costeira”. O que nos parece uma conclusão no mínimo muito severa, se se tiver em conta o porte e o número de barcos construídos para travessia oceânica e sobretudo o complexo que atendia o conserto e recuperação das naus avariadas que aqui aportavam.¹⁴

Trata a seguir das atividades não ligadas necessariamente quer à agricultura, quer à mineração, mas que trabalham com a matéria-prima, as artes e indústrias.

Encerrando a parte de economia, vai estudar ainda o comércio, as vias de comunicação e transporte, sempre revelando extraordinário volume de leitura em fontes primárias e bibliográficas.

Na última parte do livro – “Vida social” – aborda o que chama *Organização social, administração e vida social e política*, demonstrando nesse ordenamento a estrutura da sociedade e sua estratificação, a burocracia do Estado e a vida social propriamente, com destaque para a sua dimensão política e portanto do poder.

Como dissemos, das três partes do livro, essa é a que ocupa menor espaço, o que mostra um desequilíbrio no tratamento que dispensa, *grosso modo*, ao que poderíamos identificar como história econômica e história social, ainda que na primeira parte, a que trata do “Povoamento”, não fique tão submisso à economia, valendo-se bastante da geografia e da demografia, mas com uma fundamentação que reside no econômico, correspondendo aliás, de certa maneira, ao esquema marxista que preside seu estudo.

Como aconteceu nas demais partes do livro, também aí pautará o Brasil do momento histórico que privilegiou como algo que ainda permanecia marcado pela escravidão, quer se considerasse sob o ponto de vista material ou social, quer moral ou estético. Aparentemente, portanto, nada fora capaz de escapar a essa instituição, o que significa dizer à sua influência deletéria.

¹⁴ José Roberto do Amaral Lapa, *A Bahia e a carreira da Índia* (São Paulo: Nacional, 1968).

É o momento em que faz uma acerba condenação dessa capacidade que teve a Europa de ressuscitar uma instituição, sem hesitar para tanto em despojar-se de todos os valores morais, que representavam os pilares sobre os quais construíra a civilização ocidental moderna.

São algumas páginas candentes que escreve nessa crítica rigorosa ao instituto escravista, capaz de corromper e degradar, sem oferecer sequer um mínimo para a formação moral e intelectual de suas vítimas. Essa crítica de certa maneira redime os escorregões semânticos preconceituosos, detectados em alguns momentos do livro, pois procura demonstrar que a potencialidade econômica, social e cultural, sob o ponto de vista da dignificação, que os índios e os negros ofereciam aos colonos portugueses, foi desprezada em favor de uma instituição à qual só interessavam o esforço e o exercício físico dos homens e mulheres escravos, tanto no trabalho quanto na cama.

Insistindo na condição semibárbara com que essas populações africanas aqui foram despejadas, sem estágio, sem preparações outras, conclui com a sua tese que teriam mesmo de comprometer irremediavelmente toda a obra de colonização, bem como ele próprio colonizador.

Nesse sentido, aponta que a própria religião católica, no amálgama com as religiões africanas, também se abastardara, eivada pelas “crenças e superstições nativas”.¹⁵

Essa conclusão, se de um lado, dependendo do que se conheça a respeito da religião em Caio Prado, pode suscitar um estudo interessante, por outro lado permite admitir que não reconhecia estatuto religioso nas manifestações que os negros escravos trouxeram consigo, que como se sabe continham e contêm moral, valores e crenças hoje reconhecidos como portadores daquele estatuto.

Em decorrência, prossegue na conclusão, *pretos boçais e índios apáticos* só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas. O resultado de sua contribuição estaria na massa de população livre, comprimida entre senhores e escravos, composta pelos *desclassificados* de toda ordem, na verdade e no seu entender o grande ônus da sociedade colonial.

Procura mostrar que levam uma vida puramente vegetativa, sem idéias e ideais, robotizada enfim, exigindo das elites estratégias e formas de contenção, que vão da repressão ao favor, evitando com isso as tensões sociais e a revolução, muito embora ele, autor, abra um espaço privilegiado para as insurrei-

¹⁵ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 274.

ções que ocorreram na colônia, que entretanto não lograram seu intento, fosse este revolucionário, fosse mais imediatista e acomodaticio.

Essas suas conclusões, sistematizadas numa visão clara do *sistema* e do *sentido* com que radiografa a colonização, exerceriam forte influência em muitos autores que vieram depois dele, o que demonstra mais uma vez a se-meadura que fez.

Quanto à sociedade organizada, que naturalmente se contrapõe ao mundo envoltório que a subverte, o autor privilegia o grande domínio, onde se centra o clã da família patriarcal. Esse tipo de família, com o seu abrangente poder, e mais a igreja em patamar menos proeminente, pois esta pode sujeitar-se àquela, constituem as duas vigas em que se fundamenta aquela sociedade.

A família, aquela família, é o “pequeno mundo fechado em função do qual se sofre e se goza”,¹⁶ querendo dizer com isso que é à sombra do patriarcado e seu modelo que todos se abrigam e se curvam, se não na totalidade da colônia, pelo menos nas regiões onde se produz em cumprimento ao sentido da colonização. Enfim, é a “célula orgânica da sociedade colonial”, como a define. Essa definição tem um alcance excepcional, se se tiver em conta que justamente a condição inorgânica que a seu ver perpassa a sociedade brasileira, herdada da colonização, é o que mais a compromete e trava seus anseios e tentativas de rompimento.

As demais instituições estarão supostamente, de alguma maneira, sujeitas a gravitar em termos de poder, riqueza e autonomia à volta do domínio patriarcal, proposição que já foi revista por mais de um autor.

Na linha de sua tese central, como não poderia deixar de acontecer e em decorrência da colocação anterior, a cidade não é senão “um apêndice rural, um puro reflexo do campo”¹⁷, o que como se sabe tem também nutrido um saudável debate ao longo das reedições que o livro mereceu, sem que o autor concedesse espaço pelo menos para o seu registro. Nessa linha, considera que, nos povoados, quem na verdade mora são só comerciantes, vadios e prostitutas! Concede aos comerciantes um tratamento não muito comum na obra dos historiadores da economia e sociedade coloniais.

A administração portuguesa na colônia, bem como a administração metropolitana responsável também pelos negócios da colônia, são aqui, mais uma vez, objetos de uma análise, que não lhes é em nada favorável.

¹⁶ *Ibid.*, p. 286.

¹⁷ *Ibid.*, p. 290.

Mas detenhamo-nos, neste momento final, na questão do que é considerado orgânico ou inorgânico na sociedade colonial.

Tornou-se corriqueira a facilidade concessiva com que os cientistas sociais utilizam-se do símile entre o corpo humano e a sociedade. Das suas partes ao funcionamento, servem-se da imagem para entender e explicar como funciona a sociedade.

Manipulando uma série de noções a partir da idéia de *corpus*, para dominar seu próprio conhecimento e para efeito didático, conseguem extraordinários resultados nesse sentido.

Assim, entre um organismo saudável e um doente, entre o que é considerado orgânico ou inorgânico, balança a nossa compreensão.

Este livro de Caio Prado Júnior e a sua própria obra têm perpassado, em inúmeros e diferentes momentos, por essa transposição.

A idéia de inorganicidade está sempre presente: o nosso organismo social não funciona, comprometido por uma série de anomalias, cuja origem, quase diríamos, é em sua maioria *de nascença, i. e.*, nasceram com o próprio corpo social na sua concepção, no parto e puerícia, remontando-nos portanto à descoberta, início e rumo (sentido) na colonização.

Os seus componentes e funcionalidade tinham no caso um sentido perverso de certa maneira: o de servirem ao *outro* e não a si próprio.

Em assim sendo, deu no que deu: não conseguimos livrar-nos dessa herança como que *genética* e somos o que somos: um país de pobres e miseráveis, um país rico de um povo pobre, cujo desafio é superar essa herança para encontrar o seu próprio destino.

Tornar orgânico, e portanto funcionando direito, aquilo que não o é. Conceitos como de órgão, orgânico, organicidade são aplicados à sociedade no seu todo e em seus segmentos.

Assim, “a colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica”.¹⁸ Dela, da natureza que assumiu e das estratégias adotadas resultariam a sociedade composta em sua maioria de uma população, na qual se projetavam os vadios, verdadeira *endemia social*,¹⁹ ou os que viviam, ou melhor, “vegetavam à margem da ordem social”, sem ocupações normais e estáveis. Definitivamente, eram “formas inorgânicas da sociedade colonial brasileira”.²⁰

¹⁸ *Ibid.*, p. 67.

¹⁹ *Ibid.*, p. 282.

²⁰ *Ibid.*, p. 284.

Fora do grande domínio – família mais unidade de produção – e da igreja, que conferem organicidade à colônia, servem para minar esse organismo, não têm nexos morais, “constituem unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam”.

Não têm portanto capacidade e não encontram condições para construir uma nação soberana, coesa e justa.

Assim, retomemos uma das teses centrais do livro, que é a que aponta esse caldo étnico formado por *pretos boçais e índios apáticos*, engrossados por *brancos degenerados e decadentes*, para usarmos a desdenhosa adjetivação do autor, como sendo o substrato da nossa sociedade, fatal comprometedor de um processo revolucionário que pudesse romper com essa decisiva barreira de origem.

Uma projeção fácil de ser feita, para entender-se a continuidade dessa base, que vigeria na época em que o autor escreveu o seu livro e viveu ao longo das suas reedições, acabaria por mostrar-nos que aquelas categorias vieram a dar no *caipira* e nos *desclassificados*, que, como dissemos, oneram contemporaneamente o povo e a sociedade brasileiros, como está explícito no pensamento de Caio Prado Júnior.

Concedamos que o caipira é uma espécie em extinção, mas resta ainda a multidão de desclassificados, que seria melhor definir como *desqualificados*, *i. e.*, sem qualificação para responder às exigências da ditadura de mercado, cada vez mais apuradas, quando muito admitindo que sejam acomodados nas fímbrias desse mercado, num nível de vida que integra ou resvala à misérrima miséria.

Responder-se-ia que esse somatório não constitui nada que a educação, a cultura e a saúde, bem cuidadas, não possam resolver. E aí teríamos então a revolução preconizada, tendo como resultado o “equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais”, que o autor prega.

Eliminar-se-ia assim a condição inorgânica que impede o funcionamento da sociedade. Entretanto, em todos os demais países, resultantes ou não de processos migratórios, que tenham passado ou não pelo regime da escravidão, motivado pelas diferenças que marcam o gênero humano, o contingente da população que é portador das limitações de inteligência, talento e saúde ocupa consideravelmente o maior espaço na sociedade, o que de fato libera então o raciocínio para culpar a colonização portuguesa pela falta de capacidade em saber suprir aquelas deficiências e produzir uma nova extensão do seu povo – a brasileira – que fosse uma edição mais aprimorada.

Vista desse ângulo, a tese perde a sua extensão em termos de cobrir toda a nossa trajetória histórica, uma vez que os remanescentes determinadores da colonização portuguesa se desfibraram e o próprio caldo étnico originário se enriqueceu com os novos contingentes oriundos da Europa e da Ásia, portadores de variantes que desfiguraram a suposta boçalidade e apatia das contribuições iniciais, sem que o círculo fechado fosse todavia decisivamente rompido.

Nesse embate, ainda não de todo resolvido, confrontam-se como que dois Brasis: um organizado, com certa coerência e solidariedade, mas marcado pela corrupção, inépcia e dissolução, enquanto que o outro permanece desorganizado, vegetativo e daí inerme.

Concluindo de certa maneira pela continuidade desse quadro, quando escreveu o livro, poderia ter levado o leitor ao desalento, pois não prosseguiu o ambicioso projeto de sua história do Brasil. O que fazer então? A resposta viria 24 anos depois, ao escrever seu livro mais combativo e combatido, quando teoriza

Revolução, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.²¹

Estava então convencido de que o Brasil vivia mais um daqueles momentos decisivos para as transformações esperadas, que entretanto, como sabemos, não se deram.

²¹ Caio Prado Júnior, *A revolução brasileira* (São Paulo: Brasiliense, 1966), p. 2.